O papel da ambiência histórica nos processos de tombamento de Sítios Históricos Urbanos

The role of historical ambience in Historic Sites classifications

Cíntia Camila Liberalino Viegas^{*}
Rubenilson Brazão Teixeira^{**}

Resumo

As definições de poligonais de tombamento de Sítios Históricos Urbanos surgiram da necessidade de preservação de valores artísticos e históricos das cidades que cada vez mais sofrem transformações em suas formas urbanas. Essa necessidade preservacionista foi institucionalizada durante o século XX, mas faz parte de um longo processo histórico de valorização do patrimônio urbano. O objetivo do artigo é a discussão desse processo, evidenciando o papel das ambiências históricas que compõem os núcleos iniciais de nossas cidades, principalmente nos processos de definição de poligonais de tombamento de Sítios Históricos Urbanos, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, que teve como fontes primárias as teorias dos restauradores ao longo dos séculos, os documentos patrimoniais (convenções, tratados, recomendações, resoluções, cartas, orientações, princípios e normas patrimoniais) e as normas, decretos, leis, entre outros instrumentos reguladores que operam no Brasil a partir das primeiras décadas do século XX. Como contribuição, este trabalho apresenta alguns aspectos que determinam a preservação de ambiências históricas, para que ainda possam ser vivenciadas pela sociedade.

Palavras-chave: Ambiência Histórica; Tombamento; Sítios Históricos Urbanos.

Abstract

The demarcation of urban areas (polygons) defining Historic Urban Sites emerged from the need to preserve artistic and historical values of cities that are increasingly undergoing changes in their urban forms. This preservationist need was institutionalized during the twentieth century, but it is part of a long historical process of appreciation of the urban heritage. This paper aims to discuss this process, highlighting the role of historical ambiances that compose the historic environments of our cities, mainly in the processes of polygon demarcations that define Historic Urban Sites, based on bibliographical and documentary research, that had as primary sources restorers theories developed over the centuries, the heritage documents (conventions, treaties, recommendations, resolutions, letters, guidelines, principles and heritage rules) and the rules, decrees, laws, and other regulatory instruments operating in Brazil since the early twentieth century. As a contribution, this work presents some aspects that determine the preservation of historical ambiances, so that they can still be experienced by society.

Keywords: Historical Ambience; Classification; Historic Urban Sites.

* Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Especialista em Estudos do Patrimônio Arquitetônico pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto – Portugal.

** Doutor em Etudes Urbaines pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris – França. Professor do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Introdução

Foi no século XX que surgiu a necessidade de preservação das características materiais e imateriais de frações das cidades históricas, na medida em que as transformações espaciais que essas cidades sofriam se intensificaram nos períodos da II Guerra Mundial e do pós-guerra, diminuindo ou aniquilando o sentido histórico que lhes convém. Abriu-se, portanto, o debate para o modo de reconstruir por inteiro, muitas vezes, frações urbanas. Acrescenta-se a esse momento o fato da era industrial ter deixado como herança as consequências dos planos reguladores, motivados pelos desejos de modernização e embelezamento de nossas cidades, contribuindo significativamente para as transformações das formas urbanas preexistentes.

Dessa necessidade de preservação urgente dos trechos urbanos históricos, surgiu também no século XX um dos instrumentos que reconhecem e regulam a preservação do patrimônio cultural mais conhecido e utilizado atualmente – o tombamento¹ de Sítios Históricos Urbanos (SHUs) – áreas de limites espaciais bem definidos, regulamentadas, que são produtos e meios de memórias e construções culturais das populações em seus respectivos lugares.

Apesar de não existir um padrão a ser seguido nos processos de tombamento de SHUs, nas delimitações de suas poligonais de tombamento² é possível perceber a noção de uma ambiência histórica como fator essencial para limitação espacial desses lugares, decorrente do processo histórico de valorização do patrimônio urbano enquanto bem cultural. Este artigo traz como objetivo a discussão desse processo, evidenciando a valorização dos aspectos visíveis e invisíveis que compõem os ambientes históricos de nossas cidades.

A essência do texto é um resgate histórico, que tem como fontes primárias as teorias dos restauradores ao longo dos séculos, os documentos patrimoniais e as normas, decretos, leis, entre outros instrumentos reguladores, que operam no Brasil especificamente a partir das primeiras décadas do século XX.

Enquanto estrutura, é inicialmente contextualizado o entendimento do termo “ambiência histórica” empregado neste trabalho. Em um segundo momento, discutem-se os SHUs como uma das consequências da valorização do patrimônio urbano em

¹ Instrumento aplicado pelo poder público que registra o patrimônio cultural em livros específicos e impõe sua proteção.

² Perímetros correspondentes aos limites espaciais das áreas protegidas pelo instrumento de tombamento.

contexto internacional, para que em seguida possamos entender as particularidades dos processos de tombamento de SHUs brasileiros dentro do contexto do movimento moderno no qual o Brasil estava fortemente inserido. Ao final do artigo, a discussão do processo de tombamento do Sítio Histórico de Natal (SHN) é apresentada como um exemplo de situação problemática ainda não superada em muitos outros casos de delimitações espaciais das áreas de preservação do patrimônio urbano.

A noção de ambiência histórica

Um estudo inicial (VIEGAS; TEIXEIRA, 2015) já apontava para uma série de termos como ambiente imediato, atmosfera, quadro envolvente, entorno, contexto, entre outros, frequentemente utilizados para designar a relação de uma arquitetura com o seu ambiente de implantação, sugerindo uma noção de ambiência. Nesse mesmo texto, entre outros objetivos, procurava-se chegar a um entendimento de uma ambiência que fosse qualificada como histórica, resgatando textos diversos em busca de conceitos e noções aproximadas do termo, os quais abordaremos nesta seção.

De acordo com Jean Paul Thibaud (2004), as ambiências são carregadas de conteúdos físicos, sociais, culturais, de uso, temporalidade, entre outros, que operam de modo inconsciente na medida em que se constroem nas relações cotidianas; associando os aspectos imateriais à espacialidade enquanto aspecto material. Gleice Elali (2013) acrescenta que esses fatores visíveis e invisíveis impregnam um determinado lugar e definem sua identidade, influenciando o comportamento das pessoas que vivem ou percorrem o local, e Peter Zumthor (2009), ao dissertar sobre “atmosferas”, também acrescenta reflexões sobre ambiências ao se referir a um ambiente que se comunica com as pessoas, suas emoções e a vizinhança, e que provoca um sentimento que contagia e, de modo instintivo, ajuda o ser humano a sobreviver. Em suma, percebemos que as ambiências são geradas pela subjetividade, na medida em que as pessoas interagem com o ambiente.

Aproximando-nos agora ao contexto patrimonial e, portanto, chegando mais perto da noção da historicidade³ ligada ao ambiente urbano, ressaltamos a primeira contribuição atribuída frequentemente a Gustavo Giovannoni (1873-1947):

³ Qualidades ou atributos socioambientais de um determinado espaço da cidade, que estão intimamente associados aos valores, sensações e percepções que lhes conferem uma identidade ou peculiaridade que não existe dissociada de sua história, marcada por acontecimentos e delimitada por tempos específicos.

Na literatura em contexto patrimonial, observa-se a contribuição pioneira de Gustavo Giovannoni (1873-1947), que deriva em grande parte do seu entendimento do organismo urbano como sujeito histórico e como artefato cultural, no qual o tecido urbano antigo é considerado “organismo vivo” e integrado à vida contemporânea, possuindo valor de uso e mantendo sua função museal (RUFINONI, 2013), já fornecendo indícios da preocupação com a Conservação Integrada do Patrimônio⁴, ainda no início do século XX. Uma das principais contribuições de Giovannoni que interessa à nossa discussão é o desenvolvimento do seu conceito de “ambiente”, como uma moldura do monumento que possui natureza própria e singular – a “arquitetura maior” – devendo ser objeto de preservação, por comprometer a harmonia e a integridade do monumento construído (KÜHL, 2013). Assim, questiona o isolamento de edificações em relação ao seu “ambiente”, que, segundo ele, compromete a proporção, escala e vida do monumento (CHOAY, 2011). (VIEGAS; TEIXEIRA, 2015, p. 4).

Durante o século XX, os documentos patrimoniais surgiram, a noção histórica de ambiência consequentemente foi consolidada e também definida pelo nome de “enquadramento dos conjuntos históricos” na Recomendação de Nairóbi (1976) como “o meio envolvente, natural ou construído, que influencia a percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou que a eles se associa, por relações espaciais diretas ou por laços sociais, econômicos ou culturais” (LOPES; CORREIA, 2014, p. 209). Os Princípios de La Valetta sobre a Salvaguarda e Gestão de Cidades e dos Conjuntos Urbanos Históricos (2011), já no século XXI, definiu “contexto do patrimônio urbano histórico” ao retomar o conceito “enquadramento dos conjuntos históricos” da Recomendação de Nairóbi (1976) e apresentou ainda a definição de “espírito do lugar”, exposto inicialmente pela Declaração de Quebec (2008), que também pode ser incorporado à noção de ambiência histórica, composto pelos:

[...] elementos tangíveis (edifícios, sítios, paisagens, rotas, objetos) e intangíveis (memórias, narrativas, documentos escritos, rituais, festivais, conhecimento tradicional, valores, texturas, cores, odores, etc.), isto é, os elementos físicos e espirituais que dão sentido, emoção e mistério ao lugar. (ICOMOS, 2008, p. 2).

Essa Declaração ressalta ainda que este espírito do lugar – o *genius loci* – influencia a criação dos espaços e, ao mesmo tempo, é influenciado pelos espaços criados, em sintonia com a indissociável relação entre ambientes e comportamentos humanos.

Após revisão de conteúdo dos documentos patrimoniais, que compreendem o período da década de 1930 até os dias atuais, adota-se neste artigo o entendimento de

⁴ Modo de integrar o planejamento, a gestão e a ação nas cidades e territórios, levando em consideração aspectos econômicos, políticos, culturais, ambientais e físico-espaciais (ZANCHETTI, 2003).

uma “ambiência histórica” como a harmonia na integração de um bem cultural entre suas partes e o seu entorno, independente da escala, entendendo essa harmonia como as vinculações históricas, de uso, sociais, econômicas, culturais, entre outras.

Delimitação de poligonais de tombamento de Sítios Históricos Urbanos

Após estudo de alguns processos de tombamento de SHUs, é possível perceber que os limites espaciais dessas áreas são baseados não apenas nos aspectos materiais das formas urbanas que os constituem, mas também nos aspectos imateriais que os envolvem, como aponta a justificativa de Inês El-Jaick Andrade (2010): “Justifica-se a conservação de um sítio urbano quando este constitui criação notável e representativa da vida e da organização social de um povo, em determinada fase de sua evolução.” (ANDRADE, 2010, p. 81).

Percebe-se nas entrelinhas do texto acima a importância dada à historicidade de um local candidato a SHU, sugerindo a presença de uma ambiência histórica, ou seja, é condição essencial do bem cultural estar integrado ao seu entorno, levando-se em consideração as vinculações históricas, de uso, sociais, econômicas, culturais, entre outras. Para que esse argumento ganhe força, o artigo a partir deste momento parte para o resgate histórico do processo de valorização do patrimônio urbano em contexto internacional, para entender que foi essa valorização, passando da escala do monumento para a escala da cidade, que norteou as delimitações de SHUs, inclusive no caso brasileiro.

De monumento à cidade

Agora que temos o entendimento do que é uma ambiência histórica, passaremos à definição de um Sítio Histórico Urbano (SHU), adotando o conceito surgido em 1987, no 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos na cidade de Petrópolis, que resultou no documento conhecido como Carta de Petrópolis. Nesse documento, o SHU é definido como o “espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações” (CARTA DE PETRÓPOLIS, 1987, p. 1). O documento reitera que toda a cidade é um organismo histórico e o seu sítio histórico

[...] é parte integrante de um contexto amplo que comporta as paisagens natural e construída, assim como a vivência de seus habitantes num espaço de valores produzidos no passado e no presente, em processo dinâmico de transformação, devendo os novos espaços urbanos ser entendidos na sua dimensão de testemunhos ambientais em formação. (CARTA DE PETRÓPOLIS, 1987, p.1).

Por sua definição e composição, infere-se que enquanto uma realidade física, delimitada espacialmente, o SHU está diretamente associado a uma percepção de historicidade, que é o que lhe confere uma ambiência histórica. Quando um SHU ou um monumento histórico passa a ser associado a identidades, ação e memória de um povo, passamos a nos referir ao que conhecemos como Patrimônio Cultural, constituído pelos

[...] bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidades, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileiro, nos quais incluem: a) as formas de expressão; b) os modos de fazer, criar e viver; c) as criações artísticas, científicas e tecnológicas; d) as obras, objetos, monumentos naturais e paisagens, documentos, edificações e demais espaços públicos e privados destinados às manifestações políticas, artísticas e culturais) e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, científico e ecológico. (BRASIL, 2012, p. 124).

Existem duas escalas no caminho da salvaguarda do patrimônio cultural: (i) as intervenções pontuais, que representam as primeiras iniciativas de preservação do patrimônio, e (ii) a conservação do patrimônio urbano, que só recebeu atenção séculos mais tarde. Veremos a seguir que o reconhecimento da importância do bem cultural urbano em sua totalidade é um processo histórico e está intimamente ligado ao reconhecimento de mais do que uma materialidade das formas urbanas, mas das ambiências históricas que carregam.

A cultura da valorização e preservação dos bens culturais se iniciou na Europa do século XV, com o Renascimento, movimento responsável pela valorização da antiguidade clássica, vinculada à mudança de atitude do homem com seu passado e tradição. Os arquitetos renascentistas tomaram consciência dos atributos da arquitetura da antiguidade, atribuindo-lhes valor, porém estritamente ligados à arquitetura monumental.

Em um segundo momento, em meados do século XVIII, com o desenvolvimento de métodos científicos nas escavações arqueológicas, o estudo dos monumentos da antiguidade se tornou mais rigoroso e a valorização dos bens culturais conseqüentemente se potencializou. Alguns anos mais tarde, com a Revolução Francesa

em 1789, a maioria dos testemunhos históricos e artísticos foram ameaçados e devastados, incluindo as obras monumentais de reconhecido valor de antiguidade, gerando uma preocupação maior com as destruições não apenas da arquitetura, mas das obras de arte de modo geral. É nesse contexto de valorização e destruição que o conceito de monumento histórico aparece, mostrando-se fundamental para a preservação e criação dos instrumentos de preservação do patrimônio – museus, inventários, reusos de imóveis, entre outros – associados a essa noção de monumentos importantes para a história da sociedade (CHOAY, 2010; 2011).

A era industrial, principalmente durante o século XIX, continuou a transformação e degradação dos ambientes cotidianos. As intervenções nas cidades passaram a ter um caráter mais amplo, não atingindo somente as construções antigas de maneira isolada, mas interferindo na estrutura da cidade e promovendo o desaparecimento dos traçados urbanos antigos, gerando incômodo na população. Na escala urbana, era prática comum destruir edificações para se conseguir a reintegração formal dos monumentos por meio de planos reguladores de modernização e embelezamento, que prometiam dotar de uma infraestrutura adequada e compatível a nova dimensão das cidades industriais. Os conceitos de simetria e proporção influenciaram profundamente a determinação e retificação dos traçados das ruas e dos espaços públicos e, enquanto perspectivas compostas de planos paralelos e ortogonais, estabeleciam a exigência de visuais urbanos (ARGAN, 1993).

É nesse contexto que surge a noção de patrimônio urbano, por contraste com a cidade que se delineava por cima dos irregulares traços medievais. O impacto dessas transformações urbanas alteraram consideravelmente as paisagens das cidades, sobretudo europeias, provocando inúmeras críticas dos considerados “primeiros restauradores” e inaugurando um debate em contexto patrimonial, inicialmente antagônico, que perdura até os nossos dias.

John Ruskin (1819-1900) e Eugène Viollet Le Duc (1814-1879) estão entre os pioneiros e são marcados por posições opostas em relação às intervenções no patrimônio: de um lado Ruskin, contrário ao intervencionismo radical, a ponto de não acreditar na possibilidade de restauração; em posição oposta, a postura invasiva de Viollet Le Duc, baseada na busca por uma uniformidade estilística, no fetiche pelo “original” (VIEIRA; NASCIMENTO, 2012). Para Ruskin, as marcas que o tempo imprimiu fazem parte da essência do edifício e o restaurar é ferir a autenticidade que constitui seu sentido; enquanto Viollet Le Duc evidencia o sistema construtivo,

adaptando a arquitetura patrimonial às novas técnicas e novos materiais, podendo restabelecer o edifício num estado nunca antes existido (CHOAY, 2010; 2011).

Em contexto urbano, no final do século XIX, os novos estudos morfológicos e históricos dos edifícios possibilitaram também o reconhecimento da cidade enquanto fonte documental e pedagógica. Com os estudos de Camillo Sitte (1843-1903), são reconhecidos os valores históricos das cidades, que são interpretados como fonte de conhecimento, reflexão e crítica (ANDRADE, 2010).

Confrontado com as ideias antagônicas de Ruskin e Viollet Le Duc sobre as intervenções em monumentos históricos, Camillo Boito (1836-1914), contemporâneo de Sitte, também defende o conhecimento científico e recolhe o melhor de cada lado para formular uma síntese muitas vezes enxergada como uma conciliação entre essas ideias, pois passa a buscar uma forma de intervir nos prédios de maneira que a autenticidade, muito valorizada por Ruskin, não seja agredida, preservando o monumento como se fosse um documento:

A falta de autenticidade da zona restaurada deve poder ser distinguida dos elementos originais do edifício à vista desarmada, graças a uma encenação engenhosa, recorrendo a artifícios múltiplos: diferentes materiais, de diferente cor das do monumento original, aposição sobre as partes restauradas de inscrições e de sinais simbólicos precisando as condições e as datas das intervenções, difusão, local e na imprensa, das informações necessárias e, em particular, de fotografias das diferentes fases das operações e conservação na proximidade do monumento das partes eventuais a que o restauro substituiu. (BOITO apud CHOAY, 2010, p. 168-169).

Alois Riegl (1858-1905) adiciona um novo valor aos monumentos históricos, que chama de “antiguidade”, referindo-se à idade do monumento e às marcas que o tempo não deixa de lhe imprimir. Segundo Choay (2010), a instantaneidade com a qual esse valor se apresenta e se oferece à apropriação das massas, deixa prever que será o valor dominante do monumento histórico do século XX.

A posição de Riegl abre caminho para a atribuição de historicidade e artisticidade a diversos artefatos até o momento considerados “menores” e essas conquistas conceituais fariam o tecido urbano passar a ser estudado como um artefato patrimonial representativo. Diante desse quadro, Gustavo Giovannoni (1873-1947) desempenhou um papel primordial aproximando as teorias do restauro às contribuições advindas do urbanismo no que tange à valorização dos conjuntos urbanos antigos.

Foi Giovannoni quem entendeu e nomeou pela primeira vez a cidade como “patrimônio urbano”, como já visto neste artigo. Para ele, os bairros antigos poderiam

responder às novas necessidades e funções da vida cotidiana, recuperando a atualidade e desempenhando uma nova posição nessa estrutura. Acreditava que a implantação de atividades compatíveis com a forma urbana antiga poderia acrescentar valores artísticos e históricos, assim como os monumentos históricos, bem como valores pedagógicos e de estímulo à conservação (GIOVANNONI, 1913/2013).

O fim da II Guerra Mundial acentuou as preocupações com a preservação dos bens culturais, sobretudo europeus. Pairavam dúvidas sobre como reconstruir trechos urbanos inteiros, instaurando uma discussão ideológica e política sobre o que preservar e restaurar. Uma importante contribuição é atribuída a Cesare Brandi (1906-1988) com a obra “Teoria da Restauração” (1963/2004). Em sua teoria, ressalta que a restauração de uma obra de arte, seja uma escultura, monumento arquitetônico ou até mesmo um SHU, deve recuperar a “unidade potencial”. De caráter qualitativo e em direção oposta ao quantitativo, essa unidade potencial constitui-se de uma dupla polaridade artístico-estética daquilo que é reconhecido subjetivamente como representativo, podendo ser um fragmento e não necessariamente o todo de uma obra de arte, que nesse último caso pode ser considerado um falso histórico e uma ofensa estética.

Mais recentemente, no início do século XXI, aparece a contribuição de Salvador Muñoz Viñas, que publica em 2005 a “Teoria Contemporânea da Conservação”. O eixo de suas argumentações encontra-se no que o autor chama de “intersubjetividade”: a negociação/relação entre diferentes subjetividades de diferentes atores envolvidos no processo de conservação (VIEIRA; NASCIMENTO, 2012). Valoriza, portanto, a materialidade e a imaterialidade do patrimônio cultural como um todo, o que justifica o envolvimento de especialistas e não especialistas nas discussões e ações sobre os nossos SHUs.

Esse breve resgate histórico mostra o desenrolar do processo de preservação do patrimônio cultural que passa da conveniência de se conservar monumentos apenas pelos seus valores artísticos à necessidade de adicionar valores históricos; da comodidade de intervir em bens culturais isolados à urgência de manter cidades ou frações urbanas antigas; de uma postura centrada apenas na materialidade das formas urbanas às soluções que cada vez mais apontam para valorização dos aspectos subjetivos do patrimônio, caminhando na direção da preservação de ambiências históricas, seja na escala do edifício isolado, seja na escala urbana.

Tombamento de sítios históricos urbanos brasileiros

A mudança de pensamento ao longo do século XX que passa de uma valorização do monumento individual para o entendimento do bem cultural numa escala urbana provocou a necessidade de se delimitar espacialmente os SHUs. Os critérios para delimitações das áreas que esses sítios abrangem – poligonais de tombamento – nem sempre são claros e até hoje são discutíveis, mas frequentemente podemos perceber a evocação da preservação de ambiências históricas como fator importante nesses processos.

No caso brasileiro, a preocupação com a preservação de bens culturais iniciou-se no século XX, e de maneira oficial, a partir da criação da Inspetoria dos Monumentos Nacionais em 1934. No mesmo ano foi promulgada nova Constituição Federal, que no Capítulo II, Art. 148, inclui entre os deveres do Estado a proteção dos “objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país”. Em 1936 foi criado o primeiro órgão nacional de preservação do patrimônio – o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e sua atuação foi regulamentada pelo Decreto-lei 25/37, que traz como uma das principais contribuições a definição de “patrimônio histórico e artístico nacional”:

Art. 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis ou imóveis, existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL/IPHAN, Decreto-lei número 25, Art. 1, 1937).

Embora essa definição seja abrangente, Andrade (2010) pontua que a atuação do SPHAN permaneceu restringida ao controle da publicidade, à regulação do gabarito e à recomendação de materiais do entorno:

Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-o neste caso multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto (BRASIL/IPHAN, Decreto-lei número 25, Art. 18, 1937).

É evidente a influência da Carta de Atenas sobre o Restauro de Monumentos (1931) nesse decreto, e como vimos em seção anterior, a noção de ambiência permeia as entrelinhas desse referido documento, demonstrando os primeiros anos de atuação do

órgão federal de proteção em sintonia com as discussões sobre preservação de bens culturais em contexto internacional:

Na construção de edifícios, se respeite o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo, na vizinhança dos monumentos antigos cuja envolvente deve ser objeto de cuidados especiais [...] Na vizinhança dos monumentos artísticos ou históricos, a supressão: de todo tipo de publicidade; de toda a presença abusiva de postes ou fios telefônicos; de qualquer indústria ruidosa e das chaminés altas. (LOPES; CORREIA, 2014, p. 60).

Dentre vários outros autores, Márcia Regina Romeiro Chuva (1998) e Maria Lúcia Bressan Pinheiro (2006) verificam que no período inicial de atuação institucional havia um viés ideológico definido pelo reforço de uma identidade nacional, mas pouco se conhecia sobre a arquitetura brasileira. Apontam ainda que a grande originalidade de preservação no Brasil foi sua filiação ao movimento moderno, que entre seus dogmas, contrapunha-se violentamente à arquitetura eclética do século XIX, e ao mesmo tempo, privilegiava a funcionalidade das edificações e a racionalidade das soluções arquitetônicas, aspectos encontrados na arquitetura colonial brasileira.

Esse entendimento influenciou o processo de seleção dos SHUs, que na maioria dos casos e durante muito tempo, referiam-se às áreas da cidade que concentravam o maior número de edificações monumentais, ou de melhor qualidade artística no conjunto; mas em alguns casos foi ressaltado o caráter próprio das cidades, constituído pelo casario modesto e simples, suas perspectivas e características particulares de cada uma delas (SANTOS, 2006). De maneira geral, o tombamento de SHUs protegiu as manifestações do urbanismo barroco, “levantadas com o risco português, pelo braço escravo e com materiais da terra.” (DUARTE JÚNIOR, 2010, p. 52).

O período de 1939 a 1967 passa a apresentar uma maior diversidade, aliando valores artísticos, históricos, paisagísticos e etnográficos, influenciados pelo debate internacional (SANTOS, 2006); mas foi a partir da gestão do arquiteto Renato de Azevedo Duarte Soeiro (1968/79) que a atuação do SPHAN inseriu-se no processo de internacionalização da preservação de maneira mais efetiva. Como vimos em contexto internacional, o conceito de monumento amplia-se nessa época e a questão da preservação da ambiência dos bens tombados coloca-se de maneira discutível, gerando a necessidade de avançar na consideração do patrimônio urbano para além dos marcos até então estabelecidos:

Lugares e expressões que ainda não haviam sido devidamente incorporados ao chamado patrimônio histórico e artístico nacional, talvez por não terem sido produzidos no período colonial e por refletirem a rica diversidade da cultura nacional, eram agora objeto de análise e valorização. (DUARTE JÚNIOR, 2010, p. 64).

Os processos sociohistóricos de formação e evolução das cidades tornam-se tão ou mais importantes que as expressões estéticas, na medida em que a preservação passa a ser reconhecida como uma notável função urbana e a fruição do patrimônio como algo decorrente do direito à cidade. A preservação de um bem cultural, portanto, repousaria na condição de emanar inteligibilidade histórica (DUARTE JÚNIOR, 2010).

Com a ampliação do conceito de bem cultural no Brasil, as poligonais de tombamento e entorno passam a ser associadas não apenas à noção de vizinhança, mas também de ambiência; mas se por um lado explicita que a natureza do bem tombado vai além do seu espaço físico, por outro, gera um grau de subjetividade que por muitas vezes escapa do domínio dos técnicos que lidam com as atribuições de controle e fiscalização (NASCIMENTO; CRUZ; VIEIRA, 2013). Assim, em momento recente, procura-se representar os interesses da coletividade para viabilizar a preservação dos vestígios mais significativos da sua história (COTA; SILVA, 2013).

Um exemplo dessa iniciativa foi a publicação das instruções do IPHAN no Plano de Preservação de Sítios Históricos Urbanos (2005), que para análise de SHUs consideram: (i) características do tombamento (motivação, aspectos históricos, arquitetônicos, urbanísticos, paisagísticos, entre outros); (ii) características morfológicas e tipológicas do espaço urbano/natural e do conjunto construído (conformação natural do sítio como suporte físico da estrutura urbana, características geográficas, geológicas e geomorfológicas, climáticas e ambientais, estrutura urbana, tipologias existentes, predominância estilística, características dos espaços construídos, volumetria dominante, padrões urbanísticos e arquitetônicos e seu estado de preservação); (iii) aspectos construtivos do sítio histórico (materiais de construção, técnicas empregadas em cada período histórico e suas adaptações locais, materiais disponíveis atualmente, cores utilizadas, tipos de pavimentos dos logradouros e seus estados de conservação); (iv) elementos vegetais existentes (áreas verdes na composição da área); (v) sítios arqueológicos (sítios arqueológicos, pré-históricos e/ou históricos, identificados ou cadastrados na área, se houver); (vi) manifestações culturais locais (manifestações culturais, perfil e atividades econômicas correlatas); (vii) aspectos visuais e perspectivas

a serem preservadas (elementos naturais e construídos responsáveis pela produção de efeitos visuais que caracterizam a identidade figurativa do sítio histórico).

Outra contribuição da instituição foi a Normatização de Cidades Históricas, elaborada em 2010 pela Coordenação Geral de Gestão, Normas e Fiscalização e pela Coordenação Geral de Cidades Históricas. Esse documento considera a preservação da ambiência dos bens tombados como ponto-chave para definição da poligonal de entorno, funcionando como área de amortecimento entre esta e o restante da cidade, e ao mesmo tempo, acrescenta valores complementares ao bem tombado (ANDRADE, 2010)

[...] com a finalidade de se conferir visibilidade ao bem tombado, visibilidade esta que deve ser aferida em seu sentido mais amplo de ambiência, garantindo a harmonia do bem tombado com os imóveis vizinhos. [...] E para sua normatização deve-se buscar explicitar em que aspectos essa área de entorno se relaciona com a visibilidade e ambiência da área tombada, definindo, dessa forma, os pontos sobre os quais o IPHAN irá se manifestar. (BRASIL. IPHAN, 2010, p. 14-15).

Andrade (2010), ao avaliar a delimitação de poligonais de entorno para bens tombados pelo IPHAN, verificou que os contextos sociais e espaciais contribuem para formar uma identidade arquitetônica e urbanística particular para cada sítio, o que a autora denomina “ambiência particular”. Porém, Cota e Silva (2013) apontam um descompasso entre a evolução teórica-conceitual do tema e o tratamento conferido pelas políticas públicas, tornando-se necessária a produção do conhecimento histórico que incorpore a totalidade da experiência social e a diversidade das relações socioespaciais. Desse modo, ainda temos uma longa caminhada para que os valores dos grupos sociais sejam considerados nas delimitações de SHUs.

No caso brasileiro, portanto, percebe-se inicialmente a atuação do órgão de proteção federal (SPHAN/IPHAN) em sintonia com os debates internacionais documentados pela Carta de Atenas (1931), muito centrada nos valores estéticos, associada à arquitetura colonial; mas é importante refletir sobre a particularidade nacional de considerar o conjunto colonial composto por edifícios excepcionais e também o casario mais modesto, aspecto que demonstra certo avanço nas discussões sobre ambiência, porém ainda pouco centrada nos valores históricos. Em meados do século XX é que, mais uma vez, em sintonia com o debate internacional, a historicidade passa a ser reforçada no discurso, embora até hoje encontre dificuldades na prática de preservação devido às dificuldades políticas.

O tombamento do Sítio Histórico de Natal

A preocupação com a preservação do patrimônio arquitetônico natalense foi tardia e só aconteceu oficialmente em 1990, quando entrou em vigor a primeira lei municipal elaborada com a finalidade específica de proteger o patrimônio histórico remanescente, visto que muito já havia sido destruído. Essa Lei Municipal nº. 3.942 definiu a Zona Especial de Preservação Histórica (ZEPH), que abarcava o bairro da Ribeira, uma porção da Cidade Alta e trecho do bairro das Rocas. O objetivo da ZEPH era a preservação dos prédios e sítios notáveis pelos valores históricos, arquitetônicos, culturais e paisagísticos e sua importância é atribuída à proibição de demolições sem autorização e ao estabelecimento de gabaritos para a área protegida.

No início do século XXI, o bairro da Ribeira passa a ser alvo de projetos de reabilitação como o Plano de Reabilitação de Áreas Centrais – Ribeira (PRAC-Ribeira, 2005) e o Projeto ReHabitat (2007); mas apenas algumas ações pontuais previstas nesses planos foram realizadas e os mesmos não foram considerados na íntegra (MEDEIROS; VIEIRA, 2013). O que realmente alavancou a preservação do SHU de Natal foi um trabalho de pesquisa iniciado em 2006 pela sub-regional do IPHAN-RN, em parceria com uma equipe técnica contratada pelo Plano de Ação 2006. A pesquisa, que tinha como principal objetivo a elaboração de um dossiê com o pedido de tombamento do Sítio Histórico de Natal (SHN) no nível federal, como resultados, permitiu a identificação e documentação das edificações que já eram tombadas isoladamente pelo Estado ou Município e aquelas de interesse de preservação, em busca do conhecimento do processo de formação e evolução da cidade (BRASIL.IPHAN. Processo de Tombamento nº 1558-T-08, vol. I, fl. 8, 2008).

O processo de tombamento defende que a configuração dos quarteirões ainda se mantém tal qual como nos séculos XVII e XVIII, evidenciando a ação colonizadora portuguesa; mas o que motivou o pedido de proteção federal foi a significativa concentração de edificações de expressão, com alguns remanescentes da arquitetura modesta.

Elaine Medeiros e Natália Vieira (2013) observam que na proposta de traçado para essa primeira poligonal (Figura 1) existem edificações monumentais e importantes espaços públicos como as praças André de Albuquerque, Sete de Setembro e Augusto Severo, situadas no eixo de fundação da cidade. Com exceção do final do trecho da Rua Vigário Bartolomeu, da Rua São Tomé e do bairro da Ribeira, essa primeira proposta

passa sua linha divisória no meio das quadras, contribuindo para o reforço da ambiência histórica das ruas. Entretanto, os lotes protegidos não se caracterizam como padrão do bairro. Assim, as autoras verificam que a poligonal apresentada baseia-se no patrimônio monumental e nos espaços públicos, deixando em segundo plano a constituição morfológica do bairro.

Figura 1 – Mapa da primeira proposta de poligonal de tombamento do Sítio Histórico de Natal

Fonte: BRASIL.IPHAN, 2010.

Durante o processo de tombamento foi sugerido que o bairro da Ribeira passasse a integrar a poligonal de tombamento, surgindo, assim, a segunda proposta (Figura 2), que corresponde à poligonal atual.

Figura 2 – Mapa da segunda proposta de poligonal de tombamento (em vermelho) e de entorno (em amarelo) do Sítio Histórico de Natal e de entorno (em amarelo) do Sítio Histórico de Natal

Fonte: BRASIL.IPHAN, 2010.

Essa mais recente poligonal estende-se para o bairro da Ribeira mas, por outro lado, exclui trechos do bairro da Cidade Alta que se encontravam protegidos pela primeira proposta. No trecho da Cidade Alta, guardaram a configuração urbana mais original e incluíram edificações de importância histórica e arquitetônica já protegidas isoladamente (MEDEIROS; VIEIRA, 2013).

Aprovado por unanimidade, o tombamento do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico do município de Natal baseou-se em três principais considerações: (i) a heterogeneidade não foi considerada relevante a ponto de afetar o interesse de sua proteção federal; (ii) a valorização da forma de organização do traçado urbano, algumas vezes, prevalece sobre a arquitetura que, nesses casos, figura como complemento; e também (iii) o tombamento de um sítio urbano deve ser principalmente fundamentado em seus valores urbanísticos e paisagísticos que, por sua vez, representam os mais importantes parâmetros para a definição de critérios de intervenção no casario (BRASIL. IPHAN. Processo de Tombamento nº 1558-T-08, fl. 471).

Apesar da atribuição de valor paisagístico ao sítio, pouco fala-se sobre esse valor no processo de tombamento. O Rio Potengi e a área de mangue que margeia o sítio

foram excluídos como área de entorno do perímetro tombado; o que nos faz pensar que a delimitação não parece corresponder à argumentação apresentada. Outros trechos que chegaram a ser indicados como áreas de entorno, mas não foram incluídos, foram os trechos das comunidades do Passo da Pátria e do Maruim, que são áreas que ainda mantêm uma relação com a pesca artesanal, atividade historicamente associada ao bem protegido, de grande importância para a preservação da ambiência histórica do Sítio Histórico de Natal (NASCIMENTO; CRUZ, VIEIRA, 2013).

Em 23 de julho de 2010 foi publicado no Diário Oficial da União o tombamento provisório do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Natal e no dia 18 de julho de 2014 esse processo foi finalizado. A delimitação das poligonais de tombamento e entorno, como já observado, gera dúvidas e críticas por não levar em consideração efetivamente a noção de ambiência histórica. Desse modo, cabe-nos questionar se essa confusão pode ser encarada como uma dificuldade de percepção dessa ambiência histórica do lugar, motivada por sucessivas transformações ocorridas na forma urbana do bem cultural, agora protegido.

Considerações finais

A partir do entendimento do termo “ambiência histórica” foi possível observar que a salvaguarda de SHUs decorreu de um processo histórico de valorização do patrimônio urbano como um bem cultural, numa relação de paralelismo com o reconhecimento da importância da preservação de valores não apenas artísticos, mas também históricos, e de aspectos materiais e imateriais das áreas urbanas mais antigas das nossas cidades, independente da escala dos bens culturais. Esse processo ainda se encontra em construção, caminhando em direção à Conservação Integrada, mas enfrentando desafios gerados pelos diferentes pontos de vista, modos divergentes de conhecimento de valores patrimoniais e insuficientes poderes políticos.

O caso brasileiro de valorização e preservação do patrimônio urbano apresentou inicialmente a particularidade de considerar a arquitetura colonial, incluindo seu casario modesto, como a arquitetura representante de nossa identidade nacional. De certa forma incentivou a preservação de ambiências históricas, influenciados pelos debates em contexto internacional, mas não contemplou todos os aspectos necessários à preservação da historicidade dos lugares, visto que muito foi demolido (aquilo que já seguia tendências classicizantes) para que a ambiência colonial se destacasse.

Quanto à delimitação espacial do SHN, não podemos afirmar que se considerou de maneira satisfatória a ambiência histórica do lugar no processo de definição das poligonais de tombamento, ou seja; o que se apresenta fácil no discurso, na prática apresenta dificuldades, o que denota uma confusão na sua percepção e, por isso, de certa maneira, reforça a necessidade de se desvendar a percepção da historicidade local.

Apesar das dificuldades como as encontradas no processo de delimitação de poligonais de tombamento do SHN, este artigo reforça a importância de se considerar as ambiências históricas para a preservação das formas urbanas das frações antigas das cidades. Como contribuição, de acordo com um trabalho de tese em andamento que tem como objetivo compreender a presença (ou não) de uma ambiência histórica no SHN, alguns aspectos que compõem e contribuem para manutenção de ambiências históricas podem ser apontados: (i) a preservação das características de implantação, incluindo envolventes; (ii) os aspectos constitutivos das formas urbanas de valor patrimonial; (iii) a tentativa de transmissão dos legados culturais locais e (iv) a Conservação Integrada do patrimônio como mantenedora de ambiências históricas. Espera-se, portanto, que cada vez mais estudos sejam envolvidos nas práticas preservacionistas, a fim de que a sociedade não perca as ambiências históricas sobreviventes nos SHUs.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Inês El-Jaick. O debate sobre as áreas envoltórias de bens patrimoniais. **Cadernos PROARQ**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 7-18, dez. 2010.

ARGAN, Giulio Carlo. **A História da Arte como História da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. São Paulo: Ateliê, 2004.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Artigo n. 216 de 5 de outubro de 1988. Brasília: Edições Câmara, 2012.

BRASIL. IPHAN. **Centro Histórico de Natal**, Processo de Tombamento n.. 1.558-T-08, Vol. 1, 2 e 3. Natal: IPHAN, 2008.

BRASIL. IPHAN. **Normatização de cidades históricas**: orientações para a elaboração de diretrizes e normas de preservação para áreas urbanas tombadas. Brasília: IPHAN, 2010.

BRASIL. IPHAN. **Plano de Preservação**: Sítio Histórico Urbano. Brasília: IPHAN, 2005.

BRASIL. SPHAN. **Decreto-lei n. 25**, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília: IPHAN, 1937. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2017.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do património**. Lisboa: Edições 70, 2010.

CHOAY, Françoise. **As questões do património**. Lisboa: Edições 70, 2011.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória**: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil – anos 30 e 40. 1998. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro, 1998.

COTA, Daniela Abritta; SILVA, Cecília Miranda. A relação entre política urbana e a política patrimonial em São João del Rei, MG: uma análise crítica In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 27, 2013, Natal. **Anais...** Natal: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013. 15 p.

DUARTE JÚNIOR, Romeu. Programa Monumenta: uma experiência de preservação urbana no Brasil. **Revista CPC**, São Paulo, n. 10, p. 49-88, Maio-Out. 2010.

ELALI, Gleice. Relations entre comportement humain et environnement: une réflexion fondée sur la psychologie environnementale. In: THIBAUD, Jean Paul e DUARTE, Cristiane Rose. (Org.). **Por une écologie sociale de la ville sensible**: ambiances urbaines en partage. vol. 1. Genève: MetisPresses, 2013. p. 63-82.

GIOVANNONI, Gustavo. Velhas Cidades e Nova Construção Urbana. In: KÜHL, Beatriz Mugayar (Org.). **Gustavo Giovannoni: textos escolhidos**. Cotia: Ateliê Editorial, 2013.

ICOMOS. **Declaração de Québec**. Quebec: ICOMOS, 2008.

KÜHL, Beatriz Mugayar (Org.). **Gustavo Giovannoni: textos escolhidos**. Cotia: Ateliê Editorial, 2013.

LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito. **Patrimônio Cultural: critérios e normas internacionais de proteção**. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2014.

MEDEIROS, Elaine Albuquerque; VIEIRA, Natália Miranda. O sítio histórico de Natal agora é tombado como patrimônio nacional. E daí? In: Encontro Internacional Arquimemória: sobre preservação do patrimônio edificado, 4, 2013, Salvador. **Anais...** Salvador: IV Encontro Internacional Arquimemória, 2013. 24 p.

NASCIMENTO, José Clewton; CRUZ, Luana Honório; VIEIRA, Natália Miranda. Reflexões sobre o entorno de sítios históricos tombados: o caso do centro histórico de Natal. In: Encontro Internacional Arquimemória: sobre preservação do patrimônio edificado, 4, 2013, Salvador. **Anais...** Salvador: IV Encontro Internacional Arquimemória, 2013. 18 p.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Origens da Noção de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil. **Risco**, São Carlos, v. 3, n. 2, p. 4-14, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44654/48274>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. Gustavo Giovannoni e o Restauro Urbano. In: KÜHL, Beatriz Mugayar (Org.). **Gustavo Giovannoni: textos escolhidos**. Cotia: Ateliê Editorial, 2013.

SANTOS, Helena Mendes dos. **Tradição e contradição na prática preservacionista: o tombamento de sítios urbanos pelo IPHAN de 1938-1990**. 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal Fluminense, programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro, 2006.

THIBAUD, Jean Paul. O ambiente sensorial das cidades: para uma abordagem de ambiências urbanas. In: TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira; RABINOVICH, Elaine Pedreira; GUEDES, Maria do Carmo. (Org.). **Psicologia e Ambiente**. São Paulo: EDUC, 2004. p. 347-361.

VIEGAS, Cíntia Camila Liberalino; TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. Preservação da Ambiência Histórica: contribuições dos documentos patrimoniais para intervenções em ambientes históricos e culturais. In: **Projetar-2015: originalidade, criatividade e inovação no projeto contemporâneo: ensino, pesquisa e prática**, 7, 2015, Natal. **Anais...** Natal: VII Seminário Projetar, 2015. 15 p.

VIEIRA, Natália Miranda; NASCIMENTO, José Clewton. A cristalização da “eterna imagem do passado” nas práticas preservacionistas dos sítios históricos brasileiros: perspectivas para a sua superação? In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2, 2012, Natal. **Anais...** Natal: II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2012. 21 p.

VIÑAS, Salvador Muñoz. **Contemporary Theory of Conservation**. Oxford: Elsevier Butterworth Heinemann, 2005.

ZANCHETI, Silvio Mendes. Conservação Integrada e Planejamento Urbano: uma revisão. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 19, n. 1, p. 107- 124, jan./jun. 2003.

ZUMTHOR, Peter. **Atmosferas**. Barcelona: Gustavo Gili, 2009.